TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

CONCURSO PÚBLICO

INSTITUTO CONSULPAM

Nome:_____

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará - Edital – 002/2022

INSTITUTO CONSULPAM

06 – CONSELHEIRO SUBSTITUTO – PROVA 01

PROVA ESCRITA OBJETIVA

CADERNO DE QUESTÕES

Leia atentamente as instruções abaixo e aguarde a autorização para abertura deste caderno de questões.

1. **Confira o seu CADERNO DE QUESTÕES nos primeiros 30 minutos de prova**. Caso haja algum erro de impressão, ausência de questão, dentre outros, a prova poderá ser substituída nesse intervalo de tempo.
2. Assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. A não assinatura incide na DESCLASSIFICAÇÃO DO CANDIDATO.
3. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 4 opções identificadas com as letras A, B, C, D. Você deve assinalar apenas uma opção em cada questão, caso contrário, ela será nula.
4. Não dobre, não amasse nem manche o CARTÃO-RESPOSTA. Ele NÃO poderá ser substituído.
5. O tempo disponível para esta prova **será de 4h.**
6. Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no CADERNO DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.
7. Quando terminar a prova, entregue-a ao fiscal SEM FALTAR NENHUMA PÁGINA OU PARTE DELA, juntamente com o CARTÃO-RESPOSTA. Em seguida, assine a LISTA DE PRESENÇA. Caso o CADERNO DE QUESTÕES E/OU o CARTÃO-RESPOSTA estejam rasgados ou incompletos, o candidato será eliminado.
8. Você somente poderá deixar o local de prova depois de decorrida uma hora do início da aplicação das provas.
9. Você também será excluído do certame caso:
   a) Utilize, durante a realização da prova, máquinas e/ou relógios de calcular, bem como rádios, gravadores, fones de ouvido, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie.
   b) Ausente-se da sala em que realiza a prova levando consigo o CADERNO DE QUESTÕES e/ou CARTÃO-RESPOSTA, antes do prazo estabelecido.
   c) Deixe de assinalar corretamente o campo no CARTÃO-RESPOSTA.
   d) Seja um dos três últimos candidatos e deixe o local de prova sem acompanhar o fiscal à coordenação.

GABARITO

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**	**39**	**40**
41	**42**	**43**	**44**	**45**	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**	**54**	**55**	**56**	**57**	**58**	**59**	**60**
61	**62**	**63**	**64**	**65**	**66**	**67**	**68**	**69**	**70**	**71**	**72**	**73**	**74**	**75**	**76**	**77**	**78**	**79**	**80**
81	**82**	**83**	**84**	**85**	**86**	**87**	**88**	**89**	**90**	**91**	**92**	**93**	**94**	**95**	**96**	**97**	**98**	**99**	**100**

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

06 - CONSELHEIRO SUBSTITUTO – PROVA 01

CONHECIMENTOS GERAIS

Questão 01

Conforme a Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), a ação para a aplicação das sanções previstas na referida norma prescreve em:

a) 4 (quatro) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.
b) 6 (seis) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.
c) 8 (oito) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.
d) 10 (dez) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.

Questão 02

Dentre as assertivas abaixo, assinale a única CORRETA quanto ao disposto na Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa).

a) A instauração de processo administrativo para apuração dos ilícitos referidos na Lei de Improbidade suspende o curso do prazo prescricional por, no máximo, 120 (cento e vinte) dias corridos.
b) Nos atos de improbidade conexos que sejam objeto do mesmo processo, a suspensão e a interrupção relativas a qualquer deles estendem-se aos demais.
c) Nas ações regidas pela Lei de Improbidade, poderá haver adiantamento de custas e de preparo.
d) Haverá condenação em honorários sucumbenciais em caso de improcedência da ação de improbidade, mesmo se não for comprovada má-fé.

Questão 03

Consoante as disposições penais da Lei nº. 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), assinale a alternativa CORRETA.

a) A aplicação das sanções previstas na norma acima referida independe da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.
b) As provas produzidas perante os órgãos de controle não deverão ser consideradas na formação da convicção do juiz.
c) As sentenças civis e penais produzirão efeitos em relação à ação de improbidade apenas quando concluírem pela inexistência da conduta.
d) Sanções eventualmente aplicadas em outras esferas não deverão ser compensadas com as sanções aplicadas nos termos da Lei de Improbidade.

Questão 04

Em conformidade com o disposto pela Lei nº. 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) acerca do procedimento administrativo e do processo judicial, assinale a alternativa CORRETA.

a) A indisponibilidade de bens só poderá ser decretada com a oitiva prévia do réu.
b) Apenas o servidor público poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
c) A indisponibilidade de bens de terceiro independerá da demonstração da sua efetiva concorrência para os atos ilícitos apurados.
d) É vedada a decretação de indisponibilidade da quantia de até 40 (quarenta) salários-mínimos depositados em conta-corrente.

Questão 05

No que concerne ao que está expresso na Constituição do Estado do Pará a respeito da fiscalização contábil, financeira e orçamentária, assinale a alternativa CORRETA.

a) O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas dos Municípios.
b) No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pela Assembleia Legislativa.

c) O Tribunal de Contas do Estado e o Tribunal de Contas dos Municípios são integrados por onze Conselheiros, cada um.
d) O Decreto disporá sobre a organização do Tribunal de Contas do Estado e do Tribunal de Contas dos Municípios.

Questão 06
Consoante as disposições da Constituição do Estado do Pará, Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos, EXCETO:

a) Mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional.
b) Notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.
c) Idoneidade moral e reputação ilibada.
d) Mais de trinta e cinco e menos de setenta e cinco anos de idade.

Questão 07
Em conformidade com o disposto pela Constituição do Estado do Pará, assinale a alternativa CORRETA a respeito dos Auditores e Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado e do Tribunal de Contas dos Municípios.

a) Os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios terão as mesmas garantias e prerrogativas dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado.
b) O Auditor, quando em substituição a Conselheiro, terá as mesmas garantias e impedimentos de um Juiz de Direito de última Entrância.
c) Os Conselheiros, nos casos de crimes comuns e nos de responsabilidade, serão processados e julgados, originariamente, pelo Tribunal de Justiça do Estado.
d) Os Auditores do Tribunal de Contas do Estado do Pará serão nomeados pelo Governador, independentemente da ordem de classificação em concurso público.

Questão 08
De acordo com os dispostos da Lei Complementar Estadual nº 109/2016 (Lei Orgânica do TCM/PA), assinale a alternativa CORRETA:

a) Ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, compete apreciar as contas prestadas pelos Prefeitos e sobre elas emitir parecer prévio, no prazo de cento e oitenta dias, contados do seu recebimento.
b) Ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, compete também julgar as contas da Mesa Diretora das Câmaras Municipais.
c) Ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, compete fiscalizar a aplicação de recursos repassados pelo Município apenas para as pessoas jurídicas de direito público.
d) Ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, compete apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração direta e indireta, incluindo as nomeações para cargo de provimento em comissão.

Questão 09
Consoante a Lei Complementar Estadual nº 109/2016, aos Conselheiros e aos Conselheiros-Substitutos do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, é permitido:

a) Intervir em processos de parentes afins até o terceiro grau.
b) Exercer cargo em fundação, de qualquer natureza.
c) Exercer profissão liberal.
d) Exercer outro cargo, emprego ou função de magistério.

Questão 10
Consoante o disposto na Lei Complementar Estadual nº 109/2016 (Lei Orgânica do TCM/PA), assinale a alternativa CORRETA.

a) O Tribunal deliberará por Acórdão, quando se tratar de aprovação de parecer prévio.
b) O Tribunal deliberará por Ato, quando se referir à aprovação de emenda regimental.
c) O Tribunal deliberará por Resolução, quando se tratar de Recursos.
d) O Tribunal deliberará por Instrução Normativa, quando se referir à aprovação do Regimento Interno.

Questão 11
Assinale a alternativa na qual consta sanção que poderá ser aplicada pelo Tribunal de Contas dos

Municípios do Estado do Pará, conforme previsto na Lei Complementar Estadual nº 109/2016.

a) Multa de até 50.000 UPFPA - Unidade de Padrão Fiscal do Estado do Pará.
b) Inabilitação para o exercício de cargo em comissão, no âmbito da Administração Pública, por período de até doze anos, mesmo que não verificado dano ao erário.
c) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a três anos.
d) Inabilitação para o exercício de função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos, sempre que verificado dano ao erário.

Questão 12

Assinale a única alternativa CORRETA quanto às disposições gerais constantes da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

a) Aplicam-se as disposições da norma mencionada, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos mediante convênios.
b) As entidades controladas indiretamente pelo Município não se subordinam ao regime da Lei acima referida.
c) O Ministério Público, por força de sua independência funcional, não está sujeito ao regime da Lei de Acesso à Informação.
d) Para efeito da citada Lei, considera-se informação pessoal apenas aquela relacionada à pessoa natural identificada.

Questão 13

A Lei nº 12.527/2011 prevê que seus procedimentos devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes, EXCETO:

a) Observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção.
b) Utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação.
c) Divulgação de informações de interesse público, desde que solicitadas.
d) Desenvolvimento do controle social da administração pública.

Questão 14

Tendo em vista os dizeres da Lei nº 12.527/2011 sobre o procedimento de acesso à informação, assinale a alternativa CORRETA.

a) O serviço de busca e de fornecimento de informação é gratuito.
b) Qualquer cidadão, mesmo que não interessado, poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos na Lei acima mencionada.
c) São admitidas exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.
d) A informação armazenada em formato digital será fornecida nesse formato, ainda que sem anuência do requerente.

Questão 15

Consoante os dizeres da Lei nº 12.527/2011, o prazo máximo de restrição de acesso à informação, classificada como ultrassecreta, é de:

a) 15 (quinze) anos.
b) 20 (vinte) anos.
c) 25 (vinte e cinco) anos.
d) 100 (cem) anos.

Questão 16

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa CORRETA:

a) Os créditos extraordinários são aqueles destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
b) O empenho da despesa consiste na verificação do direito adquirido por parte do credor, tendo por base os documentos comprobatórios do respectivo crédito.
c) A lei do orçamento não poderá consignar auxílio para investimentos que serão incorporados ao patrimônio das empresas privadas com fins lucrativos.
d) É vedado o empenho global ou por estimativa das despesas orçamentárias.

Questão 17

Sobre o regime de adiantamento, assinale a alternativa CORRETA.

a) No momento da sua concessão, representa uma despesa patrimonial, mas não uma despesa orçamentária, pois não ocorreu redução no Patrimônio Líquido.
b) No momento da liquidação da despesa orçamentária, ocorre o registro de um passivo, mas não há também a incorporação de um ativo ao patrimônio público.
c) É possível efetuar adiantamento a servidor em alcance, mas não ao responsável por dois adiantamentos.
d) Suprimento de fundos consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria.

Questão 18

A classificação funcional segrega as dotações orçamentárias em funções e subfunções, buscando responder basicamente à indagação "em que área" de ação governamental a despesa será realizada. A respeito do tema, assinale a alternativa CORRETA.

a) Trata-se de uma classificação independente dos programas e de aplicação comum e obrigatória.
b) É representada por 3 dígitos, sendo que os dois primeiros se referem à função.
c) Essa classificação é obrigatória para União, Estados e Distrito Federal, porém, é facultativa para os municípios.
d) A função "Reserva de Contingência" engloba as despesas orçamentárias em relação às quais não se pode associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente.

Questão 19

Ações orçamentárias são o conjunto de operações das quais resultam produtos (bens ou serviços) que contribuem para atender ao objetivo de um programa. A respeito disso, assinale a alternativa CORRETA.

a) As ações orçamentárias podem ser tipificadas como "projetos", "atividades" ou "operações de crédito".
b) O PPA dispõe um rol de ações governamentais e isso exige que a LDO efetue a discriminação específica.
c) Quando o primeiro dígito da ação é 1, 3, 5 ou 7, trata-se de uma atividade.
d) A ação é identificada por um código alfanumérico de quatro dígitos, acrescido de quatro dígitos do localizador.

Questão 20

O Grupo de Natureza da Despesa (GND) é um agregador de elementos de despesa orçamentária com as mesmas características quanto ao objeto de gasto. Sobre esse tema, assinale a alternativa CORRETA.

a) O grupo de Pessoal e Encargos Sociais inclui despesas orçamentárias com pessoal ativo e inativo e pensionistas, relativas a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, exceto adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza.
b) O grupo Juros e Encargos da Dívida inclui despesas orçamentárias com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas, bem como da dívida pública mobiliária.
c) O grupo Inversões Financeiras inclui Despesas orçamentárias com o pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.
d) O grupo Investimentos trabalha com despesas que envolvem o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos, pagamento de diárias e material de consumo.

Questão 21

Sucessor do Orçamento Plurianual de Investimentos que, instituído pela Constituição de 1967, apresentava anualmente as demandas por despesas de capital para os próximos três exercícios, o Plano Plurianual (PPA) passou a se constituir na síntese dos esforços de planejamento de toda a Administração Pública, orientando a elaboração dos demais planos e programas de governo, assim como do próprio orçamento anual.

A respeito do PPA, assinale a alternativa CORRETA.

a) A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma centralizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital.

b) Compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal e estabelecerá as diretrizes de política fiscal.
c) Será acompanhado do orçamento fiscal, investimento e seguridade social.
d) O PPA terá vigência de 4 exercícios financeiros, o qual não coincide com o mandato do chefe do executivo.

Questão 22

O critério geral utilizado para registro da receita orçamentária é o do ingresso de disponibilidades. No âmbito da administração pública, a dedução de receita orçamentária é o procedimento padrão a ser utilizado para as situações específicas. A respeito do tema, assinale a alternativa CORRETA.

a) A correção de dados retificados não deve ser feita mediante registro de dedução de receita. Deve-se, de fato, proceder com o lançamento correto.
b) A contabilidade utiliza conta redutora de receita orçamentária para evidenciar o fluxo de recursos da receita orçamentária bruta até a líquida, em função de suas operações econômicas e sociais.
c) No caso de lançamentos em que ocorram erros de escrituração do ente (não motivados por informações incorretas dos contribuintes), a correção deve ser feita por meio de complementação.
d) Não se deve fazer dedução da receita no caso de Recursos que o ente tenha a competência de arrecadar, mas que pertencem a outro ente, de acordo com a legislação vigente (transferências constitucionais ou legais).

Questão 23

As Transferências Intergovernamentais compreendem a entrega de recursos, correntes ou de capital, de um ente (chamado "transferidor") a outro (chamado "beneficiário", ou "recebedor"). Podem ser voluntárias, nesse caso destinadas à cooperação, auxílio ou assistência, ou decorrentes de determinação constitucional ou legal.

A respeito desse tema, assinale a alternativa CORRETA.

a) É importante destacar que, como seu próprio nome indica, essas transferências ocorrem entre esferas distintas de governo, guardando estreita relação, portanto, com as operações intraorçamentárias ocorridas no âmbito do orçamento de cada ente.
b) As transferências intergovernamentais constitucionais ou legais não podem ser contabilizadas pelo ente transferidor como uma despesa ou como dedução de receita.
c) Em se tratando de transferências voluntárias, a contabilização deve ser como despesa, visto que não há uma determinação legal para a transferência, sendo necessário haver existência de dotação específica que permita a transferência.
d) As transferências da lei complementar nº 87/96 (Lei Kandir) são exemplos de transferências constitucionais.

Questão 24

Esse código vem completar a informação concernente à aplicação dos recursos e destina-se a indicar se os recursos compõem contrapartida nacional de empréstimos ou de doações ou destinam-se a outras aplicações, constando da LOA e de seus créditos adicionais.

O texto acima faz referência ao:
a) Identificador de Uso (IDUSO).
b) Identificador de Doação e de Operação de Crédito (IDOC).
c) Identificador de Resultado Primário.
d) Identificador de Elemento de Despesa.

Questão 25

A respeito dos participantes do processo orçamentário, faça a correta associação.

(__) Unidades de planejamento e orçamento que desempenham o papel de coordenação dos processos do ciclo orçamentário no seu âmbito de atuação, integrando e articulando o trabalho das suas unidades administrativas.
(__) Unidades de planejamento e orçamento responsáveis pela coordenação dos processos do ciclo orçamentário no nível subsetorial.
(__) Órgãos ou estruturas funcionais que detêm informações especializadas sobre aspectos fundamentais da LDO.

(1)Unidades Setoriais.
(2)Órgãos Setoriais.
(3)Agentes Técnicos.

Assinale a alternativa com a CORRETA associação.
a) 3-1-2.
b) 1-3-2.
c) 1-2-3.
d) 3-2-1.

Questão 26

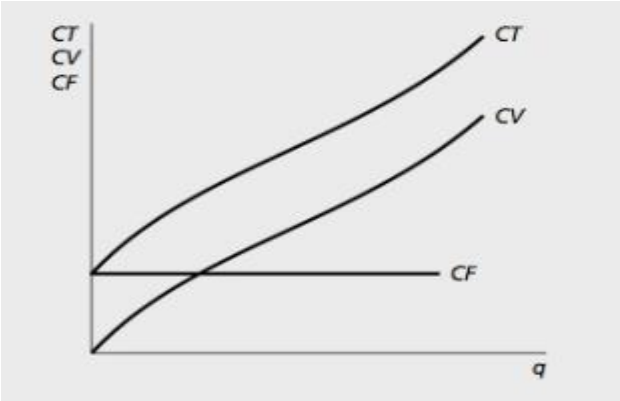
O custo, na teoria econômica, é definido como a avaliação que um agente econômico faz daquilo que é abdicado quando faz uma escolha. A respeito desse assunto, assinale a alternativa CORRETA.

a) Custo de oportunidade é um conceito de natureza objetiva.
b) Em uma economia competitiva de mercado, os valores monetários pagos pelos recursos representam a ideia de custo de oportunidade.
c) O valor monetário efetivamente pago pela aquisição de algum produto no mercado é denominado custo de oportunidade.
d) O custo na concepção meramente contábil se refere aos usos alternativos ainda disponíveis para o recurso.

Questão 27

A figura abaixo representa as funções de custos de produção no curto prazo, em que:

CT – Custo total.
CV – Custos Variáveis.
CF – Custos Fixos.



A partir dessa análise, assinale a alternativa CORRETA:

a) A interseção dessa curva com o eixo vertical corresponde ao custo com o qual tem-se que arcar mesmo que não haja produção alguma, isto é, o custo variável.
b) O trecho côncavo da curva de custo total indica que sua inclinação é cada vez maior.
c) O trecho convexo da curva de custo total corresponde ao trecho côncavo da curva de produto total.
d) No trecho convexo da curva de custo total, em que sua inclinação é cada vez maior, temos que a produtividade marginal do fator variável é cada vez menor.

Questão 28

Considere que uma determinada empresa industrial possui uma tecnologia que é representada pela função de produção f(K, L) = min (3K, 2L). O objetivo da referida firma é otimizar a quantidade produzida sujeita à restrição de custo.

A partir do caso hipotético, assinale a alternativa CORRETA.
a) A firma utiliza somente L, independentemente dos preços dos insumos.
b) A firma utiliza os insumos tal que K = L, independentemente dos preços dos insumos.
c) A decisão da firma sobre a proporção entre K e L vai depender dos preços destes insumos.
d) A firma utiliza os insumos tal que $K = (\frac{2}{3})L$

Questão 29

A respeito da estrutura de mercado conhecida como Concorrência Perfeita, assinale a alternativa CORRETA:

a) Compradores e vendedores do produto se sentem perfeitamente capazes de afetar o preço de mercado.
b) Apenas os compradores são tomadores de preços.
c) Produto é homogêneo, ou seja, os compradores são indiferentes quanto à firma que fabricou o produto.
d) Existe assimetria de informação no mercado.

Questão 30

Na maioria dos mercados, a concorrência e a possibilidade das firmas individuais afetarem preços através de decisões isoladas coexistem. Dizemos que nesses mercados há concorrência imperfeita. Portanto, a respeito do modelo de Stackelberg de concorrência, assinale a alternativa CORRETA.

a) Ele pressupõe que os empresários têm visão evidentemente falsa do que está acontecendo.

b) Pressupõe que apenas uma das firmas reconhece que, à medida que modifica sua quantidade produzida, ela induz uma modificação na quantidade produzida por sua concorrente.
c) Nesse modelo, podemos afirmar claramente que, no caso de duas firmas, ambas serão líderes.
d) A firma satélite decide antes quanto produzir, levando em conta em seus cálculos o comportamento da outra firma, denominada seguidora.

Questão 31

À medida que aumenta o consumo de determinada mercadoria, diminui sua utilidade marginal. Evidentemente, essa lei só faz sentido se supusermos que a utilidade é cardinal. Ela se baseia na ideia intuitiva de que valorizamos mais uma unidade adicional daquilo que é relativamente escasso e menos uma unidade adicional daquilo que é relativamente abundante.

O texto acima faz referência ao conceito econômico de:
a) Função Marginal Cobb-Douglas.
b) Excedente do Consumidor.
c) Lei da Utilidade Marginal Ordinal.
d) Lei da Utilidade Marginal Decrescente.

Questão 32

Para uma corrente de economistas, a política monetária é útil para estabilizar a economia e crescer o produto, ou ampliando o conceito: forjar maior ou menor crescimento econômico com preços estáveis. Outra corrente de economistas, os monetaristas, sugere que a política monetária não tem essa propriedade. Os fatores de produção com os quais se estabelece a produção estão dados e, assim, o produto no longo prazo não pode ser maior ou menor. Assim, levando em consideração os conceitos macroeconômicos, assinale a alternativa CORRETA em relação à Teoria Quantitativa da Moeda.

a) Os monetaristas acreditam que a moeda é endógena ao sistema, refletindo o lado real da economia, mas sem a possibilidade de modificado na essência.
b) A quantidade de moeda na fórmula da teoria quantitativa é o número de vezes que a moeda se torna receita ou gasto ao mesmo tempo.
c) Supõe-se que a velocidade da renda ou das transações depende institucionalmente dos hábitos da sociedade e estes não mudam constantemente.
d) Para os monetaristas, as políticas monetárias têm efeitos tanto no curto, quanto no longo prazo.

Questão 33

No que diz respeito à independência e à ética do auditor, de acordo com a ISSAI 3100, assinale a alternativa CORRETA:

a) Independência significa os princípios morais de um indivíduo que incluem independência, integridade, objetividade, competência profissional e devido zelo, confidencialidade e comportamento profissional.
b) O auditor deve estar ciente de quaisquer questões ou situações que possam ameaçar a independência da Entidade Fiscalizadora Superior e/ou dos membros da equipe de auditoria.
c) As ameaças ao cumprimento dos requisitos aplicáveis à independência devem ser levadas em conta apenas depois da auditoria.
d) Independência na aparência permite que o auditor realize atividades sem ser afetado por influências que comprometam o julgamento profissional; agir com integridade e exercer objetividade e ceticismo profissionais.

Questão 34

Essa auditoria pode cobrir uma ampla variedade de objetos e pode ser realizada para fornecer asseguração razoável ou limitada, utilizando diversos tipos de critérios, procedimentos de obtenção de evidências e formatos de relatório. Podem ser trabalhos de certificação ou de relatório direto, ou ambos ao mesmo tempo. O relatório de auditoria pode ser apresentado em forma longa ou curta, e as conclusões podem ser expressas de várias formas: como uma declaração escrita, simples e clara, de opinião sobre a conformidade, ou como uma resposta mais elaborada a questões específicas de auditoria.

O texto acima faz referência ao conceito de:
a) Auditoria de conformidade.
b) Auditoria operacional.
c) Auditoria regulatória.
d) Auditoria interna operacional.

Questão 35

A respeito do julgamento e ceticismo profissional no trabalho do auditor, julgue os itens a seguir assinalando V para verdadeiro e F para falso:

(__) São usados durante todo o processo de auditoria de conformidade para avaliar os elementos da auditoria.
(__) O auditor deve ser capaz de avaliar uma variedade de tipos de evidência de auditoria de acordo com sua origem e relevância.
(__) Uma atitude de ceticismo profissional significa que o auditor fará uma avaliação crítica, com uma mente questionadora.
(__) Ceticismo faz referência à aplicação de treinamento, conhecimento e experiência aplicáveis, dentro do contexto fornecido pelas normas de auditoria.

a) F-V-V-V.
b) V-V-V-F.
c) V-F-V-F.
d) V-V-F-V.

Questão 36

A respeito da documentação em auditoria operacional, assinale a alternativa CORRETA.

a) A informação documentada deve ser suficientemente completa e detalhada para permitir que um usuário, sem nenhum contato prévio com a auditoria, possa posteriormente determinar qual trabalho foi feito a fim de chegar aos achados, às conclusões e às recomendações da auditoria.
b) Auditores operacionais devem manter um registro documental adequado da preparação, dos procedimentos e dos achados de cada auditoria. O propósito e contexto da documentação são um tanto generalistas em auditoria operacional.
c) O objetivo do relatório nas auditorias operacionais é, frequentemente, persuadir usuários razoáveis, fornecendo-lhes novas perspectivas em vez de uma declaração formal de asseguração.
d) Como a metodologia e os critérios de auditoria podem ter sido desenvolvidos especificamente para um único trabalho, o auditor fica dispensado de justificar seu raciocínio de forma transparente.

Questão 37

De acordo com a ISSAI 300, que trata das principais fases da auditoria operacional, assinale a alternativa CORRETA.

a) Na fase do Relatório, faz-se a coleta e análise de dados e informações.
b) Na fase de planejamento, faz-se a apresentação dos resultados da auditoria.
c) As fases não podem ser iterativas.
d) Na fase de monitoramento, cabe determinar se as ações adotadas em resposta aos achados e recomendações resolveram os problemas e/ou deficiências subjacentes.

Questão 38

Ao apreciar a competência e as habilidades esperadas da equipe como um todo, o auditor pode considerar se a equipe tem certas habilidades. Assinale a alternativa que NÃO inclui uma dessas habilidades necessárias.

a) A compreensão das políticas e procedimentos de controle de qualidade das Entidades Fiscalizadoras Superiores.
b) Especialização técnica, incluindo habilidades de TI necessárias e conhecimentos de áreas especializadas de contabilidade ou auditoria.
c) Capacidade de cumprir os termos do mandato para realizar auditoria no ambiente pertinente, excluindo entendimento dos regimes de relatórios aplicáveis.
d) Conhecimento, obtido através de treinamento adequado e experiência prática em trabalhos de auditoria de natureza e complexidade similares.

Questão 39

O auditor deve reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo nas circunstâncias da auditoria, de modo a obter segurança razoável como base para expressar uma opinião de forma positiva. A respeito do tema, julgue os itens a seguir:

(__) O risco de auditoria em uma auditoria de demonstrações financeiras é o risco de que o auditor expresse uma conclusão inadequada, quando as informações sobre o objeto não contiverem distorções relevantes.
(__) O auditor deverá reduzir o risco a um nível aceitavelmente baixo nas circunstâncias da

auditoria, de modo a obter segurança razoável como base para expressar uma opinião de forma positiva.

(__) Para ser significativo, o nível de segurança obtido pelo auditor deve aumentar a confiança dos usuários acerca das informações sobre o objeto a um grau que seja claramente mais do que o trivial.

(__) A avaliação de riscos é uma questão de julgamento profissional e não é passível de medição precisa.

Assinale a alternativa CORRETA.

a) F-V-V-V.
b) F-F-V-V.
c) F-V-V-F.
d) V-V-F-F.

Questão 40

Esse conceito é determinado no planejamento da auditoria e não necessariamente estabelece um valor abaixo do qual as distorções não corrigidas, individualmente ou em conjunto, serão sempre avaliadas como não relevantes.

O texto acima faz referência ao conceito de:

a) Risco de auditoria.
b) Julgamento profissional.
c) Materialidade.
d) Achados de auditoria.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 41

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente elenca os Princípios Orçamentários, que "visam estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público". Válidos para os poderes de todos os entes federativos, têm por fundamento as normas constitucionais, infraconstitucionais e, também, a doutrina. Neste sentido, a respeito dos Princípios Orçamentários é CORRETO afirmar:

a) O princípio da totalidade determina a existência de orçamento único para cada ente federado com a finalidade de se promover múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política.
b) Pelo princípio da universalidade, recepcionado pela Constituição Federal de 1988, a LOA de cada ente federado deverá contar todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
c) O princípio da anualidade, ou periodicidade, delimita o exercício financeiro orçamentário, que se iniciará em 1º de janeiro e findará em 1º de janeiro do ano subsequente.
d) O princípio da exclusividade, nos termos do art. 165, da Constituição Federal, determina que a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, sem hipótese de ressalvas à vedação.

Questão 42

O Manual de Demonstrativos Fiscais, 13ª edição, define as pessoas jurídicas de Direito Público interno (União, cada Estado, o Distrito Federal e cada Município) como "entes da Federação", em cujas referências nos demonstrativos fiscais, para fins da Lei de Responsabilidade Fiscal, devem estar incluídos os valores relativos ao Poder Executivo, ao Poder Legislativo (inclusive os Tribunais de Contas), ao Poder Judiciário e, também:

a) Ao Ministério Público, bem como às respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes.
b) Ao Ministério Público, às respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e às empresas estatais independentes.
c) Ao Ministério Público e às empresas estatais elencadas no art. 2º, I, da Lei n. 101/2000, a saber ao Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Petrobras.
d) Ao Ministério Público, mas não às sociedades de economia mista.

Questão 43

No exercício 2022, uma sociedade de economia mista recebeu de seu ente controlador o valor de R$ 23.250.431,24, para o pagamento de despesas com pessoal. Neste sentido, e considerando a origem e a

destinação dos recursos recebidos, é CORRETO afirmar que tal sociedade é:
a) Uma empresa pública.
b) Uma empresa estatal independente.
c) Uma empresa estatal dependente.
d) Uma empresa governamental.

Questão 44
"São arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas", sendo oriundas, dentre outros, da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas, da conversão, em espécie, de bens e direitos e dos recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado. Caracterizam-se por não provocarem efeito sobre o patrimônio líquido. É CORRETO afirmar que esta definição se refere às:
a) Receitas Orçamentárias Correntes.
b) Receitas Orçamentárias Diretas.
c) Receitas Orçamentárias de Capital.
d) Receitas Orçamentárias Indiretas.

Questão 45
O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente dispõe que as Notas Explicativas são informações adicionais às apresentadas nos quadros das Demonstrações Contábeis e são consideradas parte integrante das demonstrações (MCASP, 9ª edição, 2022, p. 543). O Balanço Orçamentário deverá ser acompanhado de notas explicativas que divulguem:

a) O regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento a ser aprovado para o exercício financeiro seguinte.
b) A utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos ordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário.
c) O detalhamento dos "recursos de exercícios anteriores" utilizados para financiar as despesas orçamentárias do exercício corrente, destacando-se os recursos vinculados ao RPPS e outros com destinação vinculada.
d) As atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes da data da publicação da LOA, que compõem a coluna previsão final da receita orçamentária.

Questão 46
É correto afirmar que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

a) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis exclusivamente aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei.
b) O prazo de validade do concurso público será de até doze meses, prorrogável uma vez, por igual período.
c) Inadmite-se ao servidor público civil a associação em entidades sindicais.
d) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de dois cargos de professor, a de um cargo de professor com outro técnico ou científico e a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

Questão 47
Dentre os postulados informativos do Direito Administrativo, está o "princípio da boa-fé", a respeito do qual é CORRETO afirmar que:

a) Prevalece sobre o princípio da moralidade administrativa, excluindo-o em caso de colisão de princípios.
b) Possui presunção *iuris et de iure*, ou seja, absoluta, não admitindo prova em contrário.
c) Visa albergar o servidor público em todas as suas ações, mesmo quando atentatórias da legalidade e da moralidade.
d) Possui presunção *iuris tantum*, ou seja, relativa, admitindo-se prova em contrário.

Questão 48
O ato administrativo, enquanto ato jurídico, situa-se nos planos lógicos da existência, da validade e da eficácia. Neste sentido, escolha a alternativa que indica CORRETAMENTE a prática de um ato administrativo existente, válido e eficaz.

a) A nomeação, pelo Presidente da República, de um Ministro do Supremo Tribunal Federal, sem a aprovação do Senado Federal.

b) O edital de um concurso público, exigindo o domínio de um idioma extinto e desconhecido.
c) O auto de infração lavrado pelo agente de trânsito em observância aos parâmetros legais.
d) O ato que exonera servidor público federal já falecido.

Questão 49
O ato administrativo goza de presunção de legitimidade e veracidade, pela qual:

a) Pode, o ato administrativo, se impor a terceiros, independentemente de sua concordância.
b) Uma vez imposta, a obrigação pode ser exigida mediante coação indireta.
c) O cumprimento da obrigação, quando não cumprida mediante coação indireta, pode ser exigido por meio da coação direta, ou seja, através da força.
d) Se presume verdadeiro e legal até prova em contrário.

Questão 50
Assinale a alternativa que CORRETAMENTE descreve a forma de extinção do ato administrativo decorrente da inobservância de condição essencial para dar continuidade à determinada situação jurídica:
a) Anulação.
b) Revogação.
c) Cassação.
d) Convalidação.

Questão 51
A Lei nº 5.810/1994, do Estado do Pará, dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará, elenca, no art. 77, as hipóteses em que o servidor terá direito à licença, a respeito do que é CORRETO afirmar:

a) Ao servidor ocupante de cargo em comissão poderá ser concedida licença para tratar de interesse particular.
b) Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença em colateral consanguíneo ou afim até o quarto grau civil, mediante comprovação médica.
c) A licença para tratar de interesses particulares poderá ser concedida ao servidor estável, pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos, sem remuneração.
d) Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor fará jus à licença de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração e outras vantagens.

Questão 52
No Estado do Pará, de acordo com a Lei Estadual nº. 5.810/1994, os servidores públicos civis são susceptíveis à aplicação de pena de demissão, conforme rol de condutas enumeradas no art. 190, dentre as quais, EXCETO:

a) Improbidade administrativa.
b) Corrupção.
c) Aceitação de comissão, emprego ou pensão de Estado estrangeiro.
d) Participação em gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercício do comércio, mesmo na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

Questão 53
A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
a) Os direitos e garantias fundamentais.
b) A soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.
c) A construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a garantia do desenvolvimento nacional.
d) A igualdade entre os estados e a defesa da paz.

Questão 54
Com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal, é CORRETO afirmar que:
a) A família tem como base exclusivamente a união entre o homem e a mulher.
b) É indevida a divulgação de nomes e valores de vencimentos de servidores públicos.
c) O escritório profissional ou o local de trabalho está compreendido no alcance da garantia constitucional da inviolabilidade do domicílio.
d) Ao Poder Judiciário, por força de sua função legislativa, cabe aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.

Questão 55

A respeito da garantia constitucional ao contrário e à ampla defesa, julgue as assertivas abaixo e, na sequência, escolha a alternativa CORRETA:

I- São assegurados aos litigantes em processo administrativo e aos acusados em geral.
II- São assegurados aos litigantes em processo judicial e aos acusados em geral.
III- Tendo em vista que a lei não excluirá da apreciação do poder judiciário lesão ou ameaça a direito, não são assegurados o direito ao contrário e à ampla defesa em processos administrativos.
IV- São assegurados aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, com os meios e recursos a ela inerentes.

São CORRETAS as assertivas:
a) I, II e III.
b) II, III e IV.
c) I, II e IV.
d) Apenas a assertiva IV.

Questão 56

A Constituição Federal de 1988 normatiza, no art. 12-II, as situações em que estrangeiros poderão adquirir nacionalidade brasileira, não se estabelecendo distinção entre eles e os brasileiros natos, salvo nos casos previstos na própria Constituição. Assinale a alternativa que CORRETAMENTE indica o cargo privativo de brasileiro nato.

a) Prefeito Municipal.
b) Oficial das Forças Armadas.
c) Governador do Estado.
d) Juiz de Direito.

Questão 57

Vespasiano nasceu na Índia, em dezembro de 2007, e foi registrado em consulado brasileiro sediado naquele país. Seu pai, Tito, é brasileiro e sua mãe, Agripina, de nacionalidade grega. Considerando este caso hipotético, pode-se afirmar que Vespasiano, nos termos da Constituição Brasileira:

a) Poderá requerer a nacionalidade brasileira, uma vez que nascido em território estrangeiro, ainda que de pai brasileiro.
b) É brasileiro nato.
c) Será considerado brasileiro nato, apenas se passar a residir no brasil e opte, após quinze anos, por requerer a nacionalidade brasileira.
d) Não será considerado brasileiro, pois nascido na Índia.

Questão 58

O Município pode ser definido como pessoa jurídica de direito público interno, que goza de autonomia, haja vista sua capacidade de auto-organização, autogoverno, autoadministração e autolegislação, em virtude da competência a ele atribuída pela Constituição Federal. A respeito da autonomia do Município e de sua competência, assinale a alternativa CORRETA:

a) A autonomia do Município é sinônimo de soberania, nos mesmos moldes aplicáveis aos Estados e Distrito Federal e à União.
b) É competência privativa do Município organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.
c) É competência privada do Município a promoção de programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.
d) Compete ao Município, de forma concorrente com a União, legislar sobre trânsito e transporte.

Questão 59

O sistema de governo adotado pela Constituição Federal de 1988, não alterado pelo plesbicito previsto no art. 2º, do ADCT, e realizado aos 07/09/1993, é o presidencialista, pelo qual as funções de Chefe de Estado e de Chefe de Governo são centralizadas na pessoa do Presidente da República, que, no exercício de sua função, poderá praticar crimes de responsabilidade, entre os quais:

a) Cometer ato de hostilidade contra nação estrangeira, expondo a República ao perigo da guerra, ou comprometendo-lhe a neutralidade.
b) Ausentar-se do país, conjuntamente com o Vice-Presidente da República.
c) Manifestar suas opiniões pessoais sobre assuntos de interesse público da União.
d) Conceder indulto ou comutar penas, sem consulta aos órgãos instituídos em lei.

Questão 60

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal poderão criar Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais e atuarão, em conjunto ou separadamente, na apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores. São competências das CPIs, EXCETO:

a) Convocar Ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições.
b) Receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas.
c) Solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão.
d) Julgar e punir investigados, com base nos fatos comprovados no curso da investigação.

Questão 61

O Município de Dzeta, situado em um Estado brasileiro, promoveu ação de execução fiscal em face de uma das paróquias nele situadas, em decorrência do não pagamento de IPTU referente a uma casa de propriedade da paróquia que estava locada a terceiros e cujo valor do aluguel era revertido para as atividades de catequese e evangelização. Diante deste caso hipotético e à luz dos princípios que regem o Sistema Tributário Nacional, é CORRETO afirmar que:

a) O Município de Dzeta agiu em sintonia com o princípio da isonomia tributária, uma vez que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente.
b) A ação de execução fiscal movida pelo Município de Dzeta em face da paróquia encontra albergue no entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, segundo o qual o princípio da imunidade tributária previsto no art. 150, VI, b, e § 4º, da Constituição Federal de 1988, aplicam-se tão somente para fins de isenção do IPTU sobre os templos de qualquer culto, mas não aos imóveis de sua propriedade que se encontram alugados.
c) A ação de execução fiscal do Município de Dzeta contraria o entendimento do Supremo Tribunal Federal, segundo o qual a imunidade tributária prevista no art. 150, VI, "b", e § 4º, da Constituição Federal de 1988, e no art. 15, do Decreto nº. 7.107/2010, deve abranger não somente os impostos referentes aos prédios destinados ao culto, mas, também, os incidentes sobre o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.
d) A ação de execução fiscal movida pelo Município de Dzeta está em sintonia com o que estabelece o art. 15, do Decreto nº. 7.107/2010, a respeito da imunidade tributária concedida às pessoas jurídicas eclesiásticas.

Questão 62

As Normas Gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal foram instituídas pela Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964, e determinam que deverão integrar a Lei de Orçamento, EXCETO:

a) Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do governo.
b) Quadro discriminativo da receita por fontes e respetiva legislação.
c) Quadro das dotações por órgãos do governo e da administração.
d) Quadro demonstrativo da receita e planos de aplicação dos fundos especiais.

Questão 63

A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender à disposição na LDO e a, pelo menos, uma das seguintes condições:

a) Demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias.
b) Exposição e justificação da política econômica e financeira do governo.

c) Justificação da receita e despesa, particularmente no tocante ao orçamento de capital.
d) Avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.

Questão 64

À luz da Lei nº. 4.320/1964, considere as assertivas abaixo, qualificando-as em V para verdadeiras ou F para falsas e, em seguida, assinale a alternativa correspondente.

(__) O empenho de despesas é ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
(__) O empenho poderá exceder o limite dos créditos concedidos.
(__) É vedado aos Municípios, no último mês do mandato do Prefeito, assumir, por qualquer forma, compromissos financeiros para execução depois do término do mandato, exceto em casos comprovados de calamidade pública.

a) V-V-F. b) F-V-V. c) V-F-V. d) V-V-V.

Questão 65

Leia as seguintes afirmações:

I- Compreende a lei orçamentária anual: a) o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; b) o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; e c) orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.
II- É permitido o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.

Agora, assinale a alternativa CORRETA:
a) A afirmativa I é correta, e a II é incorreta.
b) As duas afirmativas são corretas.
c) As duas afirmativas são incorretas.
d) A afirmativa I é incorreta, e a II é correta.

Questão 66

A respeito do regime jurídico-constitucional de pagamento dos débitos da Fazenda Pública através de precatórios, assinale a alternativa CORRETA:

a) Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.
b) Equiparam-se aos precatórios os pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
c) Compete ao Juiz da execução, haja vista a sentença transitada em julgado, a requisição ao Poder Executivo, para fins de inclusão de verba, no orçamento, para fins de pagamento do débito.
d) É vedada a cessão de créditos em precatórios, total ou parcialmente, pelo credor a terceiros, sem a concordância do devedor.

Questão 67

Nos termos do § 8º, do art. 165, da Constituição Federal de 1988, "a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei". Este dispositivo constitucional materializa o princípio orçamentário da:

a) Programação.
b) Exclusividade.
c) Especificação.
d) Unidade.

Questão 68

A Seguridade Social, nos termos do art. 194, da Constituição Federal 1988, compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Com relação ao regramento constitucional da Seguridade Social, assinale a alternativa CORRETA.

a) A Seguridade Social tem base diversificada de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da assistência social.
b) É um dos objetivos da organização da Seguridade Social o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.
c) A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada pelo Ministério da Economia, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.
d) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos e integrarão o orçamento da União.

Questão 69

Dentre os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), estão os segurados, que podem ser classificados como obrigatórios ou facultativos, e seus dependentes, a saber, os que possuem vínculo com o segurado, tendo direito a determinados benefícios. A respeito dos segurados do RGPS e dos dependentes, assinale a alternativa CORRETA:

a) É considerada segurado obrigatório, como empregado, a pessoa física que presta serviço de natureza eventual, no âmbito residencial da pessoa que contrate o serviço, em atividade que não vise lucro.
b) É vedado, em qualquer hipótese, que pessoa participante de regime próprio de previdência social filie-se como segurado facultativo no regime geral de previdência social.
c) É considerado dependente do segurado o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.
d) Excluem-se da classe dos dependentes o companheiro ou a companheira que, sem ser casada, mantém união estável com a pessoa segurada.

Questão 70

Quanto aos benefícios em espécie, considere as assertivas abaixo, qualifique-as como verdadeiras ou falsas e, ao final, escolha a alternativa que apresenta a sequência valorativa CORRETA, julgando V para verdadeira e F para falsa:

(__) A aposentadoria por incapacidade permanente, uma vez cumprido o período de carência exigido, quando for o caso, será devida ao segurado que, em gozo ou não de auxílio por incapacidade temporária, for considerado incapaz para o trabalho e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, que lhe será paga enquanto permanecer nessa condição.
(__) O auxílio por incapacidade temporária será devido ao segurado que, uma vez cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de vinte dias consecutivos, conforme definido em avaliação médico-pericial.
(__) Perde o direito à pensão por morte o condenado criminalmente por sentença transitada em julgado, como autor, coautor ou partícipe de homicídio doloso, ou de tentativa desse crime, cometido contra a pessoa do segurado, ressalvados os absolutamente incapazes e os inimputáveis.
(__) O auxílio-reclusão será devido, nas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado de baixa renda recolhido à prisão em regime fechado que não receber remuneração da empresa nem estiver em gozo de auxílio por incapacidade temporária, de pensão por morte, de salário-maternidade, de aposentadoria ou de abono de permanência em serviço.

a) V-V-V-F.
b) V-F-V-V.
c) F-F-V-F.
d) V-F-V-F.

Questão 71

Conforme as disposições do Código Penal pátrio (Dec. Lei n.º 2.848/1940) acerca da aplicação da lei penal, assinale a alternativa CORRETA.

a) A lei brasileira aplica-se também ao crime cometido por estrangeiro contra brasileiro fora do

Brasil ainda que não tenha sido pedida a extradição.
b) A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando idênticas.
c) A sentença estrangeira, quando a aplicação da lei brasileira produz na espécie as mesmas consequências, pode ser homologada no Brasil para sujeitar o condenado a medida de segurança.
d) Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras mercantes ou de propriedade privada, onde quer que se encontrem.

Questão 72
Dentre as alternativas a seguir abaixo, assinale a única CORRETA quanto ao disposto em nosso vigente Código Penal (Dec. Lei nº. 2.848/1940) sobre o concurso de pessoas.

a) Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a dois terços.
b) A instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.
c) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, mesmo quando elementares do crime.
d) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até dois terços, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.

Questão 73
Consoante o teor do vigente Código Penal brasileiro (Dec. Lei nº. 2.848/1940) acerca da pena, assinale a alternativa CORRETA.

a) O condenado será transferido do regime aberto, se, podendo, não pagar a multa cumulativamente aplicada.
b) O condenado por crime contra a administração pública terá direito à progressão de regime do cumprimento da pena independentemente da reparação do dano que causou.
c) O trabalho externo é inadmissível, no regime fechado.
d) Não se computa, na medida de segurança, o tempo de prisão provisória.

Questão 74
Em conformidade com o previsto pelo Dec. Lei n.º 2.848/1940 (Código Penal brasileiro) a respeito da ação penal, assinale a alternativa CORRETA.

a) A representação será irretratável mesmo antes de oferecida a denúncia.
b) Importa renúncia tácita ao direito de queixa o fato de receber o ofendido a indenização do dano causado pelo crime.
c) O perdão do ofendido, nos crimes em que somente se procede mediante queixa, não obsta ao prosseguimento da ação.
d) O direito de queixa não pode ser exercido quando renunciado tacitamente.

Questão 75
No que concerne ao que está expresso no bojo da Lei n.º 13.869/2019 (abuso de autoridade), assinale a alternativa CORRETA.

a) As penas restritivas de direitos não podem ser aplicadas cumulativamente.
b) A condenação à perda do cargo está condicionada à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade.
c) A pena de suspensão do exercício do cargo dar-se-á sem a perda dos vencimentos.
d) A inabilitação para o exercício de mandato não poderá ultrapassar o período de 4 (quatro) anos.

Questão 76
De acordo com os dizeres da Lei n.º 9.613/1998 (lavagem de dinheiro) sobre o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, assinale a alternativa CORRETA.

a) Dado o caráter pessoal dos dados, é vedado ao COAF propor mecanismos de troca ou de compartilhamento de informações.
b) Por força do sigilo bancário, o COAF não poderá requerer aos órgãos da Administração Pública informações cadastrais bancárias de pessoas.
c) O tratamento de dados pessoais pelo COAF será realizado de forma estritamente necessária para o atendimento às suas finalidades legais.
d) Dentre as finalidades do COAF, não se encontra a de disciplinar e aplicar penas administrativas.

Questão 77

Em consonância com o disposto pelo Código de Processo Penal brasileiro (Decreto-Lei nº. 3.689/1941), assinale a alternativa CORRETA.

a) Compete, especialmente ao juiz das garantias, ser informado sobre a instauração de qualquer investigação criminal.
b) O preso em flagrante ou por força de mandado de prisão provisória será encaminhado à presença do juiz das garantias no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
c) A competência do juiz das garantias abrange todas as infrações penais, incluindo as de menor potencial ofensivo.
d) Subsiste a competência do juiz das garantias mesmo após o recebimento da queixa.

Questão 78

Segundo os comandos do Código de Processo Penal brasileiro (Decreto-Lei nº. 3.689/1941), logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá tomar as seguintes providências, EXCETO:

a) Apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais.
b) Determinar, em todo caso, que se proceda à exame de corpo de delito.
c) Ordenar a identificação do indiciado pelo processo datiloscópico, se possível.
d) Averiguar o estado de ânimo do indiciado antes e depois do crime e durante ele.

Questão 79

Assinale a alternativa CORRETA no que tange às diretrizes do Decreto-Lei n.º 3.689/1941 (Código de Processo Penal) acerca da ação penal.

a) Se a vítima não concordar com o arquivamento do inquérito policial, poderá, no prazo de 60 (sessenta) dias do recebimento da comunicação, submeter a matéria à revisão da instância competente.
b) A queixa poderá ser dada por procurador, ainda que sem poderes especiais.
c) O Ministério Público poderá desistir da ação penal.
d) A queixa contra qualquer dos autores do crime obrigará ao processo de todos.

Questão 80

Consoante o textualmente disposto no vigente Código de Processo Penal pátrio sobre competência, assinale a alternativa CORRETA.

a) A continência importará na unidade de processo e julgamento, mesmo no concurso entre a jurisdição comum e a militar.
b) Quando incerto, o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.
c) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência da vítima.
d) Tratando-se de infração continuada, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.

Questão 81

Levando-se em consideração o inteiro teor da Lei n.º 9.296/1996, será admitida a interceptação de comunicações telefônicas quando:

a) Não houver indícios razoáveis da participação em infração penal.
b) O fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de detenção.
c) Não houver indícios razoáveis da autoria.
d) A prova não puder ser feita por outros meios disponíveis.

Questão 82

Assinale a alternativa CORRETA no que concerne às vigentes disposições processuais penais pátrias sobre o habeas corpus.

a) Se a ilegalidade decorrer do fato de não ter sido o paciente admitido a prestar fiança, o juiz arbitrará o valor desta.
b) Os juízes e os tribunais não têm competência para expedir de ofício ordem de habeas corpus.
c) Efetuadas as diligências, e interrogado o paciente, o juiz decidirá, fundamentadamente, dentro de 48 (quarenta e oito) horas.
d) Recebidas as informações, o habeas corpus será julgado na primeira sessão, não sendo possível adiar o julgamento para a sessão seguinte.

Questão 83

A Lei n.º 5.172/1966, denominada Código Tributário nacional, prevê que, na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, sucessivamente, na ordem indicada:

a) I - Princípios gerais de direito público; II - Princípios gerais de direito tributário; III - Analogia; IV - Equidade.
b) I - Analogia, II - Equidade; III - Princípios gerais de direito público; IV - Princípios gerais de direito tributário.
c) I - Analogia, II - Princípios gerais de direito tributário; III - Princípios gerais de direito público; IV - Equidade.
d) I - Analogia, II - Princípios gerais de direito público; III - Princípios gerais de direito tributário; IV - Equidade.

Questão 84

Tomando-se em conta as determinações do Código Tributário Nacional (Lei n.º 5.172/1966) a respeito da distribuição das receitas tributárias, assinale a alternativa CORRETA.

a) Serão distribuídos pela União aos Municípios, o produto da arrecadação, na fonte, do imposto incidente sobre os proventos dos seus servidores.
b) Lei estadual, distrital ou municipal pode cometer aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios o encargo de arrecadar os impostos de competência da União cujo produto lhes seja distribuído no todo ou em parte.
c) As autoridades arrecadadoras do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural farão entrega, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, das importâncias recebidas, à medida que forem sendo arrecadadas, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de cada recolhimento.
d) Do Fundo de Participação dos Municípios, serão atribuídos 20% (vinte por cento) aos Municípios das Capitais dos Estados.

Questão 85

Consoante os dizeres da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário nacional), nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis, EXCETO:

a) Os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores.
b) O inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio.
c) Os sócios, no caso de liquidação de sociedade de capital.
d) O comissário, pelos tributos devidos pelo concordatário.

Questão 86

Concernente aos preceitos da Lei Complementar n.º 123/2006, assinale a alternativa CORRETA dentre os abaixo perfilados.

a) No Simples Nacional, é permitida a compensação tão somente de créditos para extinção de débitos para com o mesmo ente federado e relativos ao mesmo tributo.
b) É permitido o aproveitamento de créditos não apurados no Simples Nacional, inclusive de natureza não tributária, para extinção de débitos do Simples Nacional.
c) É admitida a cessão de créditos para extinção de débitos no Simples Nacional.
d) Na hipótese de a microempresa possuir filiais, o recolhimento dos tributos do Simples Nacional dar-se-á por intermédio de cada filial.

Questão 87

Consoante os dizeres da Lei n.º 5.172/1966 (Código Tributário nacional) sobre a suspensão do crédito tributário, assinale a alternativa CORRETA.

a) A suspensão da exigibilidade do crédito tributário dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso.
b) A moratória pode ser concedida apenas em caráter geral.
c) A concessão da moratória em caráter individual gera direito adquirido.
d) Lei específica disporá sobre as condições de parcelamento dos créditos tributários do devedor em recuperação judicial.

Questão 88

De acordo com o teor da Lei n.º 5.172/1966 (Código Tributário nacional) acerca das certidões negativas, assinale a alternativa CORRETA.

a) A certidão negativa será fornecida dentro de 15 (quinze) dias da data da entrada do requerimento na repartição.
b) A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito tributário, mas não pelos juros de mora acrescidos.
c) A certidão negativa será sempre expedida nos termos em que tenha sido requerida.
d) A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida de ofício pela autoridade pública.

Questão 89

De acordo com o teor do Decreto-Lei n.º 4.657/1942 (Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro), assinale a alternativa CORRETA.

a) Realizando-se o casamento no Brasil, será aplicada a lei do domicílio dos nubentes quanto aos impedimentos dirimentes e às formalidades da celebração.
b) O penhor regula-se pela lei do domicílio que tiver a pessoa, em cuja posse se encontre a coisa apenhada.
c) O Superior Tribunal de Justiça não poderá reexaminar decisões já proferidas em pedidos de homologação de sentenças estrangeiras de divórcio de brasileiros.
d) Para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que residir o proponente.

Questão 90

De conformidade com o previsto na Lei n.º 10.406/2002 (Código Civil brasileiro), assinale a alternativa CORRETA dentre as apresentadas abaixo.

a) O ato de disposição gratuita do próprio corpo pode ser livremente revogado a qualquer tempo.
b) A sentença que decretar o restabelecimento da sociedade conjugal não precisará de averbação em registro público.
c) O cônjuge do ausente, sempre que não esteja separado fato por mais de três anos antes da declaração da ausência, será o seu legítimo curador.
d) Em falta do cônjuge, a curadoria dos bens do ausente incumbe aos descendentes ou aos pais, nesta ordem.

Questão 91

Em consonância com o disposto pela Lei n.º 10.406/2002 (Código Civil brasileiro), NÃO são pessoas jurídicas de direito privado:

a) As organizações religiosas.
b) As fundações.
c) Os condomínios.
d) Os partidos políticos.

Questão 92

Concernente aos mandamentos da Lei n.º 10.406/2002 (Código Civil brasileiro) sobre as pessoas jurídicas, assinale a alternativa CORRETA.

a) Decai em um ano o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo.
b) As pessoas jurídicas de direito privado poderão realizar suas assembleias gerais por meio eletrônico.
c) Em caso de abuso da personalidade jurídica, pode o juiz, de ofício, desconsiderá-la.
d) Concomitantemente com a liquidação, promover-se-á o cancelamento da inscrição da pessoa jurídica.

Questão 93

Tendo em vista as determinações da Lei n.º 10.406/2002 (Código Civil brasileiro) sobre as associações, assinale a alternativa CORRETA.

a) Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.
b) Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins econômicos ou não.
c) Os associados devem ter iguais direitos, não podendo o estatuto instituir categorias com vantagens especiais.
d) A exclusão de associado é admissível mesmo não havendo justa causa.

Questão 94

Consoante o texto do Código Civil brasileiro de 2002 (Lei n.º 10.406), considera-se imóvel para efeitos legais:

a) O direito real sobre objetos móveis.
b) O direito à sucessão aberta.
c) A energia que tenha valor econômico.
d) O direito pessoal de caráter patrimonial.

Questão 95

Consoante os mandamentos do vigente Código de Processo Civil brasileiro (Lei n.º 13.105/2015), assinale a alternativa CORRETA.

a) Os juízes e os tribunais atenderão, obrigatoriamente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.
b) A pendência de causa perante a jurisdição brasileira impede a homologação de sentença judicial estrangeira quando exigida para produzir efeitos no Brasil.
c) Cabe auxílio direto quando a medida decorrer diretamente de decisão de autoridade jurisdicional estrangeira a ser submetida a juízo de delibação no Brasil.
d) Em qualquer hipótese, é vedada a revisão do mérito do pronunciamento judicial estrangeiro pela autoridade judiciária brasileira.

Questão 96

Levando-se em consideração o teor do Código de Processo Civil brasileiro (Lei n.º 13.105/2015) a respeito da intervenção de terceiros, assinale a alternativa CORRETA.

a) A assistência simples obsta a que a parte principal reconheça a procedência do pedido.
b) A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre.
c) Feita a denunciação pelo autor, o denunciado não poderá acrescentar novos argumentos à petição inicial.
d) Admite-se sucessivas denunciações da lide.

Questão 97

Conforme os dizeres do Código de Processo Civil brasileiro (Lei n.º 13.105/2015), haverá impedimento do juiz.

a) Quando for sócio de pessoa jurídica parte no processo.
b) Quando qualquer das partes for sua credora ou devedora.
c) Interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes.
d) Que receber presentes de pessoas que tiverem interesse na causa.

Questão 98

Segundo o disposto no Código de Processo Civil brasileiro (Lei n.º 13.105/2015) a respeito da sentença e da coisa julgada, assinale a alternativa na qual NÃO consta hipótese de resolução de mérito.

a) Quando o juiz homologar a transação.
b) Quando o juiz decidir sobre a ocorrência de prescrição.
c) Quando o juiz reconhecer a existência de coisa julgada.
d) Quando o juiz rejeitar o pedido formulado na reconvenção.

Questão 99

Segundo o teor da Lei n.º 12.016/2009, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências, assinale a alternativa CORRETA dentre as abaixo perfiladas.

a) O ingresso de litisconsorte ativo não será admitido após o despacho da petição inicial.
b) Os processos de mandado de segurança terão prioridade sobre todos os atos judiciais, inclusive sobre o habeas corpus.
c) No mandado de segurança coletivo, a sentença fará coisa julgada ilimitadamente aos membros do grupo.
d) O mandado de segurança coletivo induz litispendência para as ações individuais.

Questão 100

Conforme as disposições da Lei n.º 4.717/1965, que regula a ação popular, assinale a alternativa CORRETA.

a) Não caberá a suspensão liminar do ato lesivo impugnado.
b) Consideram-se patrimônio público os direitos de valor artístico.
c) A pessoa jurídica de direito público, cujo ato seja objeto de impugnação, não poderá abster-se de contestar o pedido.
d) O Ministério Público acompanhará a ação, sendo-lhe permitido assumir a defesa do ato impugnado.